

País dirá 'não', se Obama insistir em novas concessões comerciais

Assis Moreira

Sem contrapartida, Brasil recusará corte adicional de tarifas de importação

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, receberá um sonoro "não" se insistir em cobrar do Brasil, durante a visita que começa amanhã, concessões adicionais para a entrada de produtos americanos no país, sem querer pagar a contrapartida.

Washington tem pressionado o Brasil para se comprometer com um nível de abertura bem maior de seu mercado, na Rodada Doha de liberalização comercial. Isso significaria corte adicional de mais de 3.200 linhas tarifárias, mais de um terço das alíquotas de produtos industriais, além do corte de 33% que o país já aceitou fazer nas tarifas aplicadas de setores vulneráveis, como automotivo, têxteis, calçados e brinquedos.

O embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, deixou claro na entidade que se a exigência americana for condicionada à conclusão da negociação global, então "atingimos o fim do jogo", porque o país recusa a demanda americana.

De um lado, os EUA não querem dar a reciprocidade, por exemplo, na área agrícola. De outro, o Brasil alega que sua situação tem sido agravada pela "assimetria provocada pelas políticas fiscal e monetária excessivamente flexíveis em alguns países desenvolvidos".

Azevedo reiterou na OMC que a valorização do real eliminou a proteção dada pelas tarifas sobre as importações. Maior exemplo é a "dramática" mudança na balança com os EUA: o saldo comercial de US\$ 9,9 bilhões que o Brasil tinha em 2006 se transformou agora em déficit de US\$ 7,8 bilhões.

O Brasil se prepara para levantar a questão cambial no Comitê de Comércio e Finanças da OMC. O alvo são as políticas que resultam em desvalorizações competitivas e que o ministro Guido Mantega vê como risco de "guerra cambial".

Enquanto isso, o real continua a ser a moeda que mais se valorizou entre as 58 maiores economias do mundo no índice cambial do Banco Internacional de Compensações (BIS), banco dos bancos centrais. O índice, atualizado esta semana, mostra a moeda brasileira liderando o ranking da taxa de câmbio efetiva real em fevereiro. Compilado desde 1994, representa a média cambial da moeda de um país relativa a uma cesta de outras moedas ajustadas pela inflação. Se o ranking da moeda está abaixo de 100, significa que está desvalorizada e com espaço para se apreciar.

Em fevereiro, a taxa de câmbio efetiva da moeda brasileira ficou em 152,48 por unidade (foi de 152,61 em janeiro), mantendo-se como a mais alta entre todos os países monitorados pelo BIS. O yuan chinês se valorizou, passando de 118,13, em janeiro, para 120,91 em fevereiro.

Já o dólar americano baixou de novo para 85,42, comparado a 86,69 em janeiro. A rúpia da Índia também se desvalorizou, caindo no índice para 105,44, comparado a 107,16 no mês anterior. A África do Sul, país também com enormes problemas por causa de sua moeda forte, foi outro a registrar agora queda, ficando em 95,65 comparado a 100,3 em janeiro.

A expectativa é que o real continuará liderando o ranking do BIS, levando-se em conta a pressão trazida pela enxurrada de dólares que entrou no país desde janeiro. Por outro lado, dados da OMC mostram que o Brasil foi a única das maiores economias que registrou queda nas importações no quarto trimestre de 2010 em valor em relação ao trimestre anterior, apesar da persistente força do real.

As importações brasileiras em valor declinaram 3% entre outubro e dezembro comparado ao trimestre anterior, enquanto globalmente houve alta de 7%. O país foi também o único a registrar queda nas compras no grupo dos Bric: a China importou 4% a mais, a Índia 2%, a Rússia 13%.

O Brasil continua, porém, a liderar globalmente a expansão nas importações quando comparado o quarto trimestre de 2010 com o de 2009. A alta na compra de produtos estrangeiros foi de 34%, em valor, enquanto na China foi de 30%, na Índia de 2%, nos EUA de 16% e na Europa de 12%.

Por sua vez, as exportações brasileiras cresceram apenas 2% no quarto trimestre, sempre em valor, bem aquém da expansão de 17% no valor das exportações globalmente. Mas comparando com o quarto trimestre de 2009, o país continuou a liderar com expansão de 38% nas exportações. A OMC estima que o valor das exportações mundiais cresceu 22% em 2010. Mas ainda falta uma avaliação sobre os dados em volume, que são considerados mais realistas.

Temas polêmicos devem ser evitados

Sergio Leo e Alex Ribeiro

Responsável pelo "esfriamento" nas relações entre Brasil e Estados Unidos, segundo reconheceu ontem o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, as negociações para conter o programa nuclear iraniano ainda são foco de divergência entre os dois governos, mas não afetam o esforço de aproximação entre os presidentes dos EUA, Barack Obama, e do Brasil, Dilma Rousseff.

Brasil e EUA parecem até estar convergindo em outro tema conflituoso, o golpe em Honduras, e os americanos já admitem apoiar o fim do exílio do ex-presidente hondurenho, Manuel Zelaya, afirmou Patriota, ontem em Brasília.

O assessor do Departamento de Estado para a América Latina, Arturo Valenzuela, buscou evitar o tema, durante entrevista ontem em Washington. "Não estou certo do que os dois presidentes vão discutir", disse. "Talvez haja discussões entre os dois presidentes, mas não estou certo, porque não sei que pontos específicos essa agenda vai gerar."

No caso de Honduras, país suspenso da Organização dos Estados Americanos após o golpe, as negociações para a volta do país ao organismo regional estão sendo realizadas no âmbito da própria OEA e serão, no máximo, comentadas nas reuniões reservadas durante a visita de Obama, de acordo com Patriota. Ele lembrou que a volta de Zelaya ao país, como cidadão, faz parte das recomendações de um grupo de alto nível da OEA e comentou que há "crescente convergência" entre Brasil e EUA.

No caso do Irã, Patriota não disfarçou as divergências com os EUA, afirmou que o tema poderá fazer parte das conversas entre Dilma e Obama e declarou que a situação do país continua em debate, pelos diplomatas brasileiros, no Conselho de Segurança. Ele lembrou que as negociações com o Irã estão em impasse, e defendeu o acordo de troca de urânio iraniano por urânio enriquecido, patrocinado pelo antecessor, Celso Amorim, no governo Lula. O acordo opôs Brasília e Washington.

"Esfriaram as relações (entre Brasil e EUA), possivelmente, porque houve certa incompreensão do espírito em que aquela iniciativa era feita", avaliou o ministro. O acordo avalizado pelos governos do Brasil e da Turquia, e visto pelos países desenvolvidos como tentativa iraniana de adiar soluções, "talvez tenha sido uma oportunidade perdida", insistiu Patriota. Sobre a questão nuclear iraniana, Valenzuela preferiu destacar a defesa feita por Dilma dos direitos humanos no Irã. Também destacou o fato de que o Brasil segue as leis internacionais, pois está aplicando as sanções depois de aprovadas pela ONU.

"Com relação ao programa nuclear, isso é algo em que o Brasil e os Estados Unidos têm uma conversa contínua", afirmou Valenzuela. "Não sei se outros tópicos serão levantados, mas os dois países dividem preocupações comuns sobre direitos humanos e a construção de instituições democráticas."

O chanceler brasileiro demonstrou otimismo em relação à possível declaração de apoio de Obama à reivindicação brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A decisão será tomada apenas pelo próprio Obama, mas as declarações da secretária de Estado, Hillary Clinton, revelando "admiração" pelo papel do Brasil nos esforços pela paz criaram "expectativas favoráveis", disse Patriota.

Questionado sobre se Obama vai declarar apoio ao Brasil para o assento, Valenzuela disse que o presidente americano "é bastante atento para o fato de que a arquitetura das Nações Unidas, que talvez foi apropriada no passado, precisa de algumas mudanças. Nesse diálogo sobre como [o Conselho de Segurança] vai mudar, ele [Obama] está atento que o Brasil tem interesse no tema."

Ministro cobra o cumprimento de acordo sobre subsídios ao algodão

Sergio Leo e Mauro Zanatta

A demora dos Estados Unidos em cumprir o acordo para facilitar a entrada da carne brasileira no mercado americano tornou-se um ponto de conflito com o governo brasileiro, nos preparativos para a visita do presidente Barack Obama ao país.

O acordo, parte dos entendimentos que encerraram uma disputa sobre os subsídios ilegais ao algodão americano, tem sido cumprido "de forma não inteiramente satisfatória", e é uma "questão aberta" com o governo Obama, confirmou o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota.

Ele disse que discutirá, durante a visita de Obama, as barreiras às exportações de mercadorias brasileiras. Condenado na Organização Mundial do Comércio (OMC) por subsídios ilegais ao algodão, os EUA prometeram, como compensação, retirar barreiras à carne exportada por 14 Estados brasileiros, mas demora a conceder os certificados necessários. "Esperamos que a certificação saia no momento oportuno", cobrou Patriota.

O acordo do algodão, em que o Brasil abriu mão de retaliações comerciais em troca de compensações, como maior abertura para exportação de carnes, foi citado pelo ministro como exemplo do "histórico de entendimentos e conciliação de interesses" dos dois países. Apesar disso, há grande insatisfação no governo brasileiro e nos Estados exportadores com a demora americana em analisar as condições da carne exportada e permitir a exportação.

Segundo apurou o Valor, durante as negociações paralelas à visita de Obama, os americanos ouvirão do governo brasileiro que é considerado inaceitável o adiamento da abertura do mercado dos EUA para a carne bovina nacional. Sob pressão das associações do setor, o governo adotará postura mais agressiva no caso.

"Essa deve ser uma prioridade do governo", avalia o presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne, (Abiec), Antonio Jorge Camardelli. "Estamos muito interessados no tema." Nos bastidores, fala-se até em usar o direito de retaliação contra produtos dos EUA, para convencer os americanos. O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, defende uma "ação mais efetiva" para resolver a pendência. Os EUA, nos últimos dias, têm tentado retirar o assunto de pauta, alegando que as autoridades americanas de agricultura não compõem a comitiva de Obama.

A disputa ocorre porque o Departamento de Agricultura dos EUA adiou para 30 de junho o prazo para publicar a proposta de regulamento a ser usada no processo de reconhecimento do status de livre de febre aftosa com vacinação em 14 Estados do país. O subsecretário do Departamento de Agricultura, Edward Ávalos, já havia assinado compromisso formal, fixando janeiro como data-limite.

No fim de 2010, os EUA abriram o mercado às carnes de Santa Catarina, único Estado com status de livre sem vacinação. Mesmo assim, os EUA não habilitaram os frigoríficos que poderão exportar suínos e bovinos a partir do Estado.

Ao comentar a visita de Obama, Patriota evitou dar detalhes sobre os acordos a serem assinados, com o argumento de que as definições sobre cada compromisso bilateral dependem do resultado de "todo o pacote". É uma indicação de que ainda há divergências, mas o ministro confirmou que Brasil e EUA deverão assinar um acordo de cooperação econômico e comercial (Teca, na sigla em inglês), uma das prioridades dos empresários brasileiros e americanos.

A presença na comitiva do representante comercial dos EUA, Ron Kirk, é "indicação" de que o Teca deve ser assinado, disse Patriota. O acordo criará canais de negociação, consulta e informação mais ágeis entre os dois governos para resolver conflitos, como o que trava a solução do caso do algodão.

Patriota se mostrou otimista em relação aos resultados do encontro e minimizou mal estar entre os empresários brasileiros com declarações do vice-conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Michael Froman, que afirmou que Obama está em busca, no Brasil, de ampliar exportações e criar empregos nos EUA. "O foco dele é necessariamente comércio, finanças, economia, interações entre setores privados."

Objetivo dos EUA é duplicar exportações totais em cinco anos

Alex Ribeiro

A agenda comercial do presidente Barack Obama na sua visita ao Brasil neste fim de semana se enquadra numa estratégia maior do governo americano para duplicar as exportações em cinco anos, usando ferramentas como a promoção de produtos, lobby em defesa de empresas americanas e pressão para a liberalização e abertura de mercado.

Em documento que detalha essa iniciativa exportadora, o Brasil é citado 25 vezes, atrás apenas da China, com 34 menções. O Brasil foi eleito um dos países prioritários para as chamadas ações de advocacia comercial, ou seja, a defesa de interesses de empresas americanas na disputa de contratos importantes no exterior, pelo uso de instrumentos como financiamentos de instituições com o Eximbank ou por meio de gestões com os governo estrangeiros.

A Boeing é um exemplo de empresa que vem recebendo apoio do governo americano, na sua disputa com a francesa Dassault para vender caças ao Brasil. Mas há outros setores que estão pedindo o apoio do governo americano, como construção civil e tecnologia. Os empresários americanos têm reclamado da falta de acesso ao mercado brasileiro para obras de infraestrutura.

"A Odebrecht está construindo metade do Sudeste americano e não há nenhum problema com isso", disse recentemente ao Valor o ex-secretário para a América Latina no governo George W. Bush, Roger Noriega. "Mas, quando falo com as maiores construtoras americanas, muitas estão receosas de colocar muita energia no Brasil porque não tiveram um ambiente muito hospitaleiro no passado." Segundo ele, as empresas americanas veem o Brasil como um território proibido, porque "o mercado é relativamente fechado". Ele acha que os interesses são mútuos e os problemas podem ser resolvido com o diálogo envolvendo os governos e empresário dos dois países, se o assunto for colocado como prioridade na viagem de Obama ao Brasil.

No fim de semana, deve ser assinado um protocolo sobre grandes eventos esportivos que favorece as empresas americanas na disputa por contratos ligados à construção de infraestrutura para a Olimpíada e a Copa do Mundo de futebol. Debaixo do chapéu desse acordo, o governo americano deverá dar apoio, como financiamento, para as suas empresas competirem com construtoras brasileiras e de outros países.

O governo Obama também deu maior foco ao Brasil nos financiamentos oferecidos pelo Eximbank, colocando-o na lista de nove países prioritários. Um dos resultados é uma linha de US\$ 1 bilhão, a ser anunciada na visita, para os projetos do pré-sal da Petrobras. "Os esforços são para dar visibilidade às opções para os compradores estrangeiros adquirirem produtos e

serviços de exportadores dos Estados Unidos", afirma o documento que detalha a iniciativa de Obama para a exportação.

Os setores de energia alternativa, infraestrutura e aviação são apontados como prioritários na chamada frente de promoção comercial, que basicamente é um esforço para levar os empresários americanos a vender no Brasil. Nesta semana, num documento sobre as relações entre os dois países divulgado pela Casa Branca, são citadas como exemplo duas empresas americanas, a WindStream e a Capstone Turbine, que fecharam contratos para vender turbinas que produzem energia com vento e gás metano.

Dentro de sua agenda para dobrar as exportações, o governo Obama também busca acordos de liberalização comercial com outros países, além do avanço da Rodada Doha. Doha é um dos assuntos que Obama pretende tratar com Dilma, segundo disse anteontem o assessor da Casa Branca para assuntos de América Latina, Daniel Restrepo.

Segundo um documento enviado recentemente pelo presidente Obama para o Congresso, que detalha a sua estratégia de negociação comercial, os Estados Unidos vão cobrar mais abertura de países como Brasil, Índia e China do que o originalmente discutido nas primeiras versões da Rodada Doha, em 2001. "O notável crescimento de mercados emergentes como China, Índia e Brasil precisa se refletir no resultado final de Doha", afirmou o titular do escritório de negociações comerciais dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Ron Kirk, em artigo publicado pela Reuters na semana passada.

Kirk, que integra a comitiva do presidente Barack Obama, disse que, por exemplo, falta o Brasil assinar o Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Em Doha, um dos pedidos ao Brasil é que se junte ao ITA", afirmou ele. "É razoável."

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 18, 19 e 20 mar. 2011, Primeiro Caderno, p. A4.